
38ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 14h49, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, realizou-se a 38ª Reunião do Comitê de Acompanhamento (CA) do **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC)** da Hydro. Participaram da reunião os seguintes **membros do CA**: Procurador da República Igor de Lima Goettenauer de Oliveira e Eduardo Gonçalves, representantes titular e suplente Ministério Público Federal (MPF); Promotor de Justiça do Estado Márcio Silva Maués de Faria, titular do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA); José Edson Maciel, representante titular da Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A; Mário Assunção do Espírito Santo, titular, e Vera Lúcia Brito Nascimento, suplente, 1ª Representação da Sociedade Civil; Jackeline Souza Sales, 2ª Representação da Sociedade Civil, titular; Glacilene Barreto, 3ª Representação da Sociedade Civil, suplente; Fabiano Azevedo, 4ª Representação da Sociedade Civil, titular interino; Rosa Maria Dias da Silva, 7ª Representação da Sociedade Civil, titular; Ivo Baia Torres, 8ª Representação da Sociedade Civil, titular interino; Maria das Graças Figueira Pereira, titular, e Hamilton José Moreira Caminha, suplente, 9ª Representação da Sociedade Civil; Vagner Carvalho Ferreira, titular, e Ereny dos Anjos Lima Barbosa, suplente, 10ª Representação da Sociedade Civil; Marcos Lobato, representante suplente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Barcarena (Sindquímicos). Também estiveram presentes como **convidados**: Alexandre Lessa, Bianca Rúbia e Nelson Castro, da empresa Tractebel Engenharia, responsável pela auditoria de Segurança do Processo Produtivo, Gestão de Águas e Tratamento de efluentes, item 4.1 do TAC; Victor Cruz, consultor de processos, que atua no apoio à auditoria do item 4.1, pela Norsk Hydro Brasil, ; e Fabrício Drago Pinho, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas/PA), para tratar do item 6.3 do TAC, trazendo atualizações sobre a transferência do recurso das multas depositadas no Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema) para o Fundo da Amazônia Oriental (FAO) Além destes participantes, esteve presente a **equipe do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)**, na função de **Secretaria Executiva** do CA: Edane França Acioli, Paulo Vitor Pantoja Dias, Vanessa do Socorro da Silva, Raphael Castro e Uriens Ravena. **Justificaram ausência** devido questões de saúde ou deslocamentos: Alessandra Ribeiro, Norsk Hydro Brasil, suplente; Gilvandro Santa Brígida, Sindquímicos, titular; Rosenilda Evangelista, 2ª Representação da Sociedade Civil, suplente; Amauri Wanderlei Franco Figueiredo, 5ª Representação da Sociedade Civil, titular interino; e Dilene Moreno Dórea, 7ª Representação da Sociedade Civil, suplente. Além destes, Juliana Nobre, pela Prefeitura de Barcarena, foi contatada e confirmou presença, mas não entrou na sala durante a reunião; o representante da Semas/PA, Marcelo Augusto Moreno da Silva Alves não retornou os contatos da Secretaria Executiva para confirmar presença ou justificar ausência. Os membros e convidados receberam o convite formal, via e-mail, expedido pela Secretaria Executiva do Comitê, em 18 de setembro de 2024, onde também constava a data desta reunião. Às 14h29, foi declarada a abertura da 38ª reunião

do CA. Edane Acioli faz uma breve introdução com instruções acerca da dinâmica de reuniões em espaços virtuais, e comunica o seguinte **informe**: Alessandra Ribeiro, antes suplente, assume como titular pela Norsk Hydro Brasil no lugar do Eduardo Bustamante. A reunião tem como pautas os **temas ordinários e um ponto principal**: **1. Temas ordinários: 1.1. Aprovação da ata da 37ª Reunião (30/07/2024); 1.2. Atualização dos encaminhamentos dos itens do TAC – informes ampliados (1.2.1 Atualização sobre o item 6.3 do TAC, que trata sobre os recursos depositados no Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA) e a transferência para o Fundo Amazônia Oriental (FAO); e 1.2.2. Atualização sobre o item 2.1.4 do TAC, que trata do investimento de R\$ 8 milhões para criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução tecnicamente viável); 2. Pauta principal: Apresentação da empresa Tractebel Engineering S.A., responsável pela auditoria da segurança do processo produtivo, tratamento de efluentes e gestão de águas da Alunorte, item 4.1 do TAC; 3. O que ocorrer e sugestões de pauta para a próxima reunião do CA.** Acerca do primeiro ponto de pauta, **1. Temas ordinários: 1.1. Aprovação da ata da última reunião**, a Secretaria Executiva informa que enviou a ata consolidada da 37ª reunião no dia 10 de setembro de 2024 por e-mail aos membros e convidados externos do CA. Como não houve tempo hábil na reunião para a discussão da aprovação, a Secretaria Executiva deu um prazo de 15 dias, também por e-mail, para aprovação. Não havendo manifestações contrárias, a ata da 37ª reunião do CA será encaminhada para publicação no site do MPF. Edane Acioli segue para o próximo item da pauta, **1.2. Atualização dos encaminhamentos: 1.2.1. Atualização sobre o item 6.3 do TAC, que trata sobre os recursos depositados no FEMA em processo de transferência para o FAO.** Fabrício Drago informa que a Semas passou pela substituição de seu secretário, deixando o cargo o senhor José Mauro de Lima Ó de Almeida e assumindo o sr. Raul Protázio Romão. Fabrício Drago informa também que se reuniu com a gestão e o jurídico do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), gestor do FAO, para esclarecer quais documentos ainda estariam pendentes para a transferência do recurso do FEMA para o FAO; o Funbio informou que necessitaria de um termo aditivo ao item 6.3 do TAC, o que foi repassado pela Semas às partes signatárias. **Igor Oliveira esclarece que o termo aditivo solicitado diz respeito a tornar o Funbio um signatário enquanto implementador do item 6.3 do TAC**; as partes signatárias concordaram em reunião e o texto já começou a ser elaborado pela Semas para que seja assinado o quanto antes. Jackeline Sales pergunta se o aditivo é apenas ao item 6.3 do TAC ou se também haverá aditivo de recurso. Igor Oliveira explica que é um aditivo apenas para incluir o Funbio no acordo do TAC, havendo somente a adição de um termo no texto do aditivo, onde se estabelece a permissão de transferência do recurso depositado no Fema para o FAO, e acrescentando o Funbio como parte signatária da implementação do item 6.3 do TAC, para que este tenha uma salvaguarda judicial no processo. Fabrício Drago explica que depois que o termo aditivo for assinado, a Secretaria de Estado da Fazenda do Pará (SEFA) fará a transferência para o Funbio iniciar o planejamento da implementação do item, começando pelo cronograma para ser debatido com o Comitê de Acompanhamento. Edane Acioli relembra que o CA possui diversos registros de sugestões e ideias de projetos, de edital, de fluxos de transparência etc., que já seria um material inicial para o trabalho do Funbio; bem como há os documentos produzidos pelo grupo de trabalho composto por

representantes da sociedade civil, da Semas e da Prefeitura de Barcarena. Mário Santos reforça que uma das ideias colocadas pela 1ª Representação da Sociedade Civil e que já foi discutida com a própria Semas é a questão de uma linha específica de projetos voltados às comunidades quilombolas; o representante argumenta que conta com o apoio da sociedade civil para continuar a discussão e concluir esta proposta em diálogo com o Funbio. O próximo ponto de pauta é: **1.2.2. O investimento de R\$ 8 milhões para criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução tecnicamente viável, item 2.1.4 do TAC.** Edane Acioli passa a palavra aos representantes dos Ministérios Públicos. O Promotor de Justiça Márcio Maués relembra que a Prefeitura Municipal de Barcarena (PMB) informou ao MPF, via ofício, que utilizará verba própria para antecipar o calendário da concessionária Águas de São Francisco de início das obras de abastecimento de água; desta forma, a concessionária não utilizará mais o recurso deste item do TAC. A partir disso, Márcio Maués relata que os Ministérios Públicos começaram a discutir uma nova finalidade para o recurso, sendo apenas algumas ideias e solicitações, pois nada foi deliberado até o momento. Márcio Maués, então, expõe aos membros do CA tais ideias para serem avaliadas: **1)** Há uma solicitação da PMB para que esse recurso seja aplicado na construção do aterro sanitário municipal, que será viabilizado por meio do TAC da Imerys, como um reforço para a concretização do fechamento do atual lixão e a instalação de um aterro sanitário, cumprindo todas as normas e licenciado pela SEMAS. **2)** Abastecimento de água para as comunidades que não serão atendidas pela expansão da rede da Águas de São Francisco, especialmente as ilhas com algumas propostas de sistemas alternativos de tratamento de água para algumas localidades. **3)** Transferir este recurso para o FAO, junto ao dinheiro das multas depositadas no FEMA, para complementar o valor e investir em projetos voltados às comunidades. Edane Acioli abre para questionamentos. Mário Santos argumenta a favor da proposta de implantação de sistema de água para as comunidades que não serão atingidas pela expansão a ser realizada pela Águas de São Francisco. Mário argumenta que nas áreas atendidas pela concessionária, a população relata a falta de tratamento de água pela empresa, portanto, propõe que sejam distribuídos filtros à população que consome a água fornecida pela Águas de São Francisco. Mário argumenta contrariamente à sugestão de destinar o recurso ao aterro sanitário, pois esta é tarefa do governo municipal. Márcio Maués sugere que, antes de fixar uma resposta, os representantes da sociedade civil levem a pauta às suas comunidades e discutam com seus representados para amadurecer uma opinião coletiva sobre o assunto. Edane Acioli reforça esta ideia. Vera Brito demonstra descontentamento e indignação com o recuo do andamento desta cláusula do TAC, relembra que o fornecimento de água mineral por carros-pipa vindos da Hydro se tornou cada vez mais escasso e pergunta a Edson Maciel o porquê. Vera Brito também relata que as ruas de muitas localidades que recebiam os carros-pipa são intrafegáveis, sobretudo no inverno, o que, argumenta, é de responsabilidade da Prefeitura; relembra também que os próprios moradores fizeram o mapeamento das ruas para que a expansão do abastecimento da Águas de São Francisco chegasse até elas. Jackeline Sales argumenta que a recusa da PMB em assinar o Termo de Cooperação não teve justificativa plausível e que a Águas de São Francisco informou a antecipação das obras, mas não apresentou o cronograma para as comunidades que serão contempladas e não iniciou as obras na área que seria atendida pelo recurso do TAC.

Jackeline Sales relembra que na última reunião, a destinação do recurso da água seria para o abastecimento da população das ilhas e não o investimento em outros projetos; por isso, deixa como **sugestão** que se faça uma audiência pública para ampliar o debate com relação às sugestões de destinação do recurso da água do TAC. Jackeline reforça que o cronograma para execução das obras não foi apresentado pela Águas de São Francisco e Márcio Maués esclarece que o prazo para início das obras, salvo engano, é 2025, mas que irá confirmar com a concessionária. Wagner Carvalho reforça a fala dos outros representantes da sociedade civil sobre a gravidade da situação da falta de água nas comunidades, sobretudo com relação à região das ilhas que precisa do amparo do TAC, uma vez que os projetos da Prefeitura não englobam essa população. Com isso, Wagner Carvalho faz um apelo aos signatários que se estreite os laços com a população das ilhas para que ela esteja ainda mais presente nesses processos que envolvem as cláusulas do TAC (consultorias, auditorias, análises, projetos etc.). O Procurador da República Igor Oliveira informa que a partir do momento em que tomou conhecimento da desistência da prefeitura, as partes signatárias têm mantido encontros periódicos a fim de estabelecer algumas alternativas possíveis para solucionar a questão do suprimento da água para ser apresentado ao CA e que este delibere a melhor solução. Porém, Igor Oliveira ressalta que não é tão simples colocar soluções para votação no CA, pois as opções também passarão por uma avaliação técnica para verificar a viabilidade; há também uma avaliação da conveniência da execução daquele projeto, ou seja, se é possível executar aquele tipo de projeto em um prazo razoável e se ele vai atender a um número adequado de famílias. Igor Oliveira pontua que a fase atual da discussão é a de socializar todas essas alternativas levantadas pelas partes signatárias e colocar os prós e contras de cada uma delas para que, em conjunto, o CA e os signatários viabilizem a melhor solução com o apoio de critérios técnicos; desse modo, seria preciso avançar no entendimento das alternativas para depois se pensar em uma audiência pública, quando a discussão dentro do CA estiver mais madura. Com relação à Prefeitura, o procurador do MPF ressalta que o TAC, juridicamente, não produz efeitos sobre a Administração Pública Municipal, uma vez que ela não é parte signatária do TAC; portanto, se já há uma previsão de antecipação para que as obras da expansão comecem em 2025, não adiantaria as partes signatárias tentarem “obrigar”, de alguma forma, a empresa Águas de São Francisco a adiantar as obras em alguns meses para começar ainda em 2024, para que não ocorra nenhum tipo de ilícito na relação contratual entre Prefeitura e concessionária. De qualquer forma, mesmo que a Prefeitura continuasse no acordo com o TAC, Igor Oliveira esclarece que a região das ilhas não seria contemplada. Igor Oliveira **sugere** que se marque uma reunião específica do Comitê de Acompanhamento para que as partes signatárias apresentem os projetos que estão sendo discutidos como alternativas à solução anterior e debatam qual alternativa adotar, com respaldo do CA e a partir de critérios técnicos. Jackeline Sales questiona se tais alternativas a serem apresentadas pelos signatários serão exclusivamente relativas à fornecimento de água para a região das ilhas; e relembra que na reunião anterior do CA, falou-se em uma solução em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA) que estava sendo avaliada para verificar a viabilidade de aplicá-la em larga escala. Igor Oliveira responde que as alternativas tecnológicas estudadas pelas partes signatárias estão sendo avaliadas justamente nesse critério, pois os projetos pilotos dessas soluções se deram em pequena escala; o Procurador da República também afirma que está

havendo uma avaliação orçamentária, ou seja, do custo das soluções cogitadas. Além disso, Igor Oliveira também ressalta que mesmo uma solução de fornecimento de água em larga escala não é capaz de universalizar o atendimento às comunidades que precisam, uma vez que o recurso é pequeno; ou seja, os signatários não esperam alcançar uma solução que atenda a absolutamente todas as famílias que estão nas áreas de abrangência do TAC, pois seria impossível com esse recurso de R\$ 8 milhões, mas precisa-se de uma solução que seja o mais universal possível. Outra problemática relatada pelo procurador diz respeito a manutenção dos equipamentos instalados nas ilhas para o fornecimento de água, uma vez que isso gera custos e precisará ser decidido quem arcará com estes custos. Em resumo, Igor Oliveira esclarece que os signatários estão na fase de quantificar o alcance dessas soluções apresentadas, ou seja, quantas famílias serão atendidas; qual o custo dessa implementação, tendo em vista o recurso atual; a sustentabilidade da solução (se poderá se perpetuar no tempo); e qual o custo para mantê-la. Fabiano Azevedo também sugere que se faça consulta pública para a escolha da melhor alternativa; sobre o custo da manutenção, sugere que seja feito um comodato em que a Prefeitura cobra uma taxa mínima da população para manter os equipamentos de fornecimento de água funcionando. Fabiano Azevedo também relembra da importância do estudo socioeconômico – outrora argumentado por Mário Santos – e que não foi realizado até o presente momento, estudo este que seria importante para a tomada de decisão com relação à esta cláusula. Nesse contexto, Fabiano Azevedo **propõe** que o projeto da água seja realizado com mini estações para que se dimensione quantas famílias comportam e qual o custo de manutenção. Mário Santos retoma a questão do estudo socioeconômico e da urgência de realizá-lo para entender os custos, algo que ele argumenta não ter sido ouvido pelos representantes anteriores do MPF; também demonstra concordância com o que foi relatado por Igor Oliveira sobre a questão da manutenção da alternativa a ser implantada. Igor Oliveira reforça a importância da participação social – inclusive determinada por legislação – e reafirma que as partes signatárias não irão arbitrar de maneira isolada a execução desses recursos. Edane Acioli segue para o próximo ponto de pauta, **2. Apresentação da empresa Tractebel Engineering S.A.**, contratada para realizar a **auditoria da segurança do processo produtivo e tratamento de efluentes e gestão de águas da Alunorte, item 4.1 do TAC**. A Tractebel, vencedora do processo licitatório para realizar a referida auditoria, foi convidada a participar da 38ª reunião do Comitê de Acompanhamento para fazer uma apresentação do status da auditoria e do plano de trabalho que irá desenvolver. Quem apresenta a Tractebel é o sr. Nelson Castro, formado em Engenharia de Recursos Hídricos, gerente de projetos da Tractebel e alocado no setor de Meio Ambiente da empresa, onde atua desde 2021. Nelson Castro inicia apresentando a equipe da empresa que atuará na auditoria: Alexandre Lessa, que possui mais de 20 anos de experiência com gestão de áreas contaminadas; e Bianca Rúbia, que tem ampla experiência nas áreas de auditorias internas e externas. Nelson Castro apresenta a Tractebel Engineering S.A. como uma multinacional, fundada na Bélgica em 1862, que atua no Brasil e no exterior com mais de mil colaboradores que atuam principalmente nas áreas de engenharia consultiva e meio ambiente. Em 2008, a Tractebel foi comprada pelo Grupo ENGIE, de origem francesa, ligado à produção de energia limpa e renovável. Ao todo, a empresa é uma comunidade de cerca de 5.600 colaboradores atuando em mais de 40 países, e desenvolvendo cerca de 80 projetos em mais de 100 países. A sede

da Tractebel no Brasil localiza-se em Minas Gerais, e a empresa possui escritórios filiais em alguns estados do Brasil, incluindo o Pará, na capital Belém e na cidade de Altamira, uma vez que a Tractebel já trabalha em projetos na Amazônia desde os anos 2000. Nelson Castro inicia uma apresentação explicando que a Tractebel atua de forma sustentável, focando em descarbonização, gestão hídrica, biodiversidade, impacto social positivo e governança estratégica. A empresa opera em áreas como energia, infraestrutura, hidroenergia, saneamento e meio ambiente. Nelson Castro expõe que os trabalhos mais recentes da Tractebel são focados nas áreas de sustentabilidade com soluções baseadas na natureza, resiliência climática, análise de risco climático, estudos ambientais, “*Due Dilligence*” (“diligência prévia”: investigação para identificar e reduzir potenciais riscos) e auditorias ambientais. Na parte modelagem, existem trabalhos da Tractebel ligados a modelagens matemáticas para poder identificar cenários; qualidade de água; estudos sociais; gerenciamentos de partes interessadas; inteligência de dados e indicadores ambientais; supervisão, monitoramento e remediação ambiental, áreas de trabalho sinérgicas com o escopo de atuação da empresa no TAC. Nelson Castro informa que a Tractebel atende indústrias dos setores de mineração, transmissão de energia, mobilidade viária, geração de energia, hidrogênio verde e gás. Complementando a parte de modelagem ambiental e mudanças climáticas, Nelson Castro explica que a empresa realiza modelagens diversas, bem como estuda a parte de segurança de barragens e outros estudos diagnósticos; no que tange ao gerenciamento de partes interessadas e estudos sociais, os trabalhos são principalmente ligados à comunicação e aos diálogos com as comunidades; e na parte de supervisão, monitoramento e remediação ambiental, a empresa realiza diversos tipos de monitoramento e supervisão, na parte de recuperação e a descaracterização também. Passando para o escopo do item 4.1 do TAC, Nelson Castro apresenta os subitens (de A a J) que serão apresentados em relatório, compondo a auditoria: **A)** Análise geral do processo produtivo completo da alumina, buscando identificar a possível existência de não conformidades na planta da refinaria Alunorte em Barcarena; **B)** realização da análise de dimensionamento da rede de drenagem, considerando o regime pluviométrico regional de Barcarena, suas oscilações e outras contribuições; **C)** análise dos dispositivos de tratamento de efluentes industriais e bacias de espera quanto ao seu dimensionamento em relação às águas residuais (ou seja, processo e água pluvial); **D)** Analisar a qualidade do efluente lançado no Rio Pará, após o tratamento pela estação de tratamento de efluentes industrial em atendimento à resolução Conama n°. 430/2011, inclusive com análise quanto a metais, avaliação físico-química e resíduos orgânicos, incluindo também os mecanismos de aferição existentes – Nelson Castro explica neste subitem que existe uma ressalva no TAC de que para o parâmetro de análise de fósforo total, terá que ser utilizado como referência uma resolução do Rio Grande do Sul, n°. 355/2017, a qual considera 1mg/L, considerando a vazão efluente maior do que 10.000m³/d; **E)** Estudo de modelagem ambiental matemática 3D para avaliar as zonas de influências referente ao lançamento de efluentes no Rio Pará, considerando às oscilações noturnas e diurnas, regimes de marés, sazonalidade e uso das praias Itupanema, Caripi, Conde, Beja, Ilha Trambioca e Ilha do Capim; **F)** Análise de parâmetros de lançamentos atuais, confrontando-os à exigência atual do órgão licenciador e normativas vigentes; **G)** Análise e indicação da destinação adequada aos resíduos gerados pela produção, devendo ser identificada a forma de destinação final adequada à legislação

vigente e à sustentabilidade ambiental – análise mais interligada à parte de geração de resíduos; **H)** Avaliar o projeto de gestão e monitoramento de águas (subterrânea, superficial, reuso, pluvial e residuária industrial) em termos de captação, transporte, tratamento e destinação; **I)** Avaliar o projeto de gestão e de monitoramento dos subprodutos sólidos gerados pelo processo produtivo e unidades de tratamento de águas em termos da geração, transporte, tratamento e destino; **J)** Avaliar o inventário de caracterização dos resíduos (líquidos e sólidos), em termos de qualidade e quantidade, em todas as etapas do sistema de geração, processamento e a disposição de resíduos do projeto Depósito de Resíduos Sólidos 2 (DRS2). Todos os relatórios serão emitidos em língua portuguesa e deverão ser acompanhados por Anotações de Responsabilidades Técnica de cada profissional que trabalhará nesta auditoria. Com essa divisão, Nelson Castro explica que os subitens do termo de referência da auditoria do item 4.1 do TAC estão agrupados de acordo com a competência de cada equipe multidisciplinar da Tractebel que realizará as análises: os subitens A e H dizem respeito ao processo produtivo e gestão e monitoramento de águas (técnicos Alexandre Lessa, Paulo Marinho, Bianca Moreira, Clauderino Batista, Daniel Melo e Pedro Miranda); os subitens B, C e E dizem respeito à drenagem, estação de tratamento de efluente industrial e modelagem matemática ambiental 3D (técnicos Alex Simplicio, Maurício Lopes, Antoine de Wasseige, Isadora Gomes e Paulo Marinho); os subitens D e F dizem respeito à qualidade da água e a parâmetros de lançamento e parâmetros do efluente (técnicos Guilherme Medeiros, Isadora Gomes, Paulo Marinho e Patrícia Machado); os subitens G, I e J dizem respeito à questão dos resíduos gerados (técnicos Patrícia Machado, Paulo Marinho e Bianca Moreira). Nelson Castro também explica que o planejamento pensado pela Tractebel dividiu a auditoria em **5 etapas**: **1** – Fase inicial de verificação de dados em sua integridade, quando a equipe técnica da Tractebel solicitará informações para Alunorte, e esta deve dispor essas informações para a auditora avaliar a eficácia, a veracidade e a integridade dos dados fornecidos; **2** – Fase de cumprimento da agenda de reuniões internas prevista para o diálogo da empresa auditora com a auditada); **3** – Fase de análise crítica, onde esses dados de todas essas áreas serão avaliados pelos profissionais para verificar se tudo está sendo cumprido conforme as normas e leis; **4** – Fase de revisão da análise crítica para que, ao final do processo de auditoria, a Tractebel possa dar uma resposta bem embasada e com alta credibilidade aos signatários e ao Comitê de Acompanhamento; **5** – Fase de elaboração do relatório final contendo todas as informações que forem tratadas na auditoria. Nelson Castro finaliza a apresentação da auditoria e Edane Acioli abre as inscrições para questionamentos. Ivo Torres pergunta: quem são os primeiros responsáveis a avaliar os relatórios gerados pela Tractebel na auditoria, o Ministério Público ou a Hydro? Os relatórios serão apresentados para o Comitê de Acompanhamento também em primeira mão? Edson Maciel responde que os relatórios são avaliados pelo Comitê Técnico, o qual é composto por representantes dos Ministérios Públicos, da Semas e da Hydro e, além disso, dentro do fluxo de apresentações que compõe o trabalho das consultorias, está prevista a apresentação nas reuniões do Comitê de Acompanhamento. Jackeline Sales pergunta: sobre a análise de sedimentos da bacia e da área de tratamento de água, a empresa Tractebel fará sua análise apenas das coletas atuais ou verificarão análises anteriores? Também pergunta com o quê especificamente a auditoria irá trabalhar no tema dos efluentes. Nelson Castro responde que em relação às águas e aos sedimentos (a avaliação das bacias

e dos depósitos de resíduos sólidos), a Tractebel possui em seu escopo de trabalho a avaliação de registros de até 72 meses; ou seja, avalia-se não só o período atual – apesar de a auditoria se tratar da segurança atual e futura da planta da Alunorte –, mas avalia-se também os dados passados para que se possa entender melhor o contexto, bem como entender o estado atual da refinaria. Mário Santos pergunta no chat e Jackeline Sales reforça: qual das atividades da auditoria a sociedade civil poderá participar ou acompanhar? Uma vez que o CA encaminhou, sem sua 28ª reunião, enquanto fluxo de implementação das auditorias e estudos que, no âmbito das atividades das empresas contratadas, os membros do Comitê de Acompanhamento poderão participar no acompanhamento de uma atividade de campo. Neste caso, os representantes da sociedade civil sugerem que poderiam acompanhar uma coleta de água, como atividade da auditoria. Nelson Castro responde primeiramente que nesta auditoria relativa à gestão e monitoramento das águas e dos efluentes, não é prevista uma fase de diálogo e comunicação com as comunidades, uma vez que o escopo de análise é a estação de tratamento de efluentes, na qual a Tractebel irá verificar, por exemplo, se a estação de tratamento de efluentes de águas industriais tem capacidade de absorver toda a água que é gerada dentro da refinaria e dos depósitos de resíduos sólidos; também será avaliado se o que foi produzido de dados até o momento de coleta e de qualidade da água que já está emitido, se estes dados foram emitidos em conformidade com as resoluções vigentes. Por estes motivos, Nelson Castro explica que esta auditoria não tem previsão de realizar coletas que possam ser acompanhadas pelas comunidades. Edane Acioli e Igor Oliveira questionam se realmente não há previsão de coletas de água no plano de trabalho da auditoria, mas sim análise das amostras que são coletadas pela Hydro/Alunorte por meio de seus processos de controle e avaliação. Nelson Castro responde que sim, que **neste momento não está prevista a realização de coletas e sim de análise de coletas já existentes**, laudos laboratoriais etc. Edane Acioli, então, reforça que há uma decisão convencionada no CA de que todos os estudos e auditorias que forem implementadas deveriam prever alguma etapa de participação do CA. A reunião ordinária é uma etapa, um tipo de atividade, mas, havendo atividade práticas e de campo, recomenda-se, de acordo com encaminhamento firmado entre os membros do CA, que programe atividade de campo em que sejam convidados os membros do Comitê de Acompanhamento para participarem, em um sentido pedagógico de ver uma auditoria sendo implementada, não apenas acompanhando em uma apresentação de reunião ordinária. Jackeline Sales reforça a fala de Edane Acioli, bem como relembra seus questionamentos anteriores: será possível a auditoria realizar análises com materiais de anos passados? Jackeline Sales também questiona: o material que a Tractebel irá analisar é somente o material impresso que a própria empresa fornece ou também contará com materiais de outras pesquisas que tiveram na época do fato gerador do TAC, como laudos do Evandro Chagas e de outras entidades do Estado? Neste caso, não havendo coleta por parte da Tractebel, Jackeline Sales expressa sua desconfiança, enquanto representante comunitária, em relação a dados fornecidos apenas pela empresa auditada, no caso, a Alunorte. Nelson Castro explica que sua resposta havia sido no âmbito de uma possível coleta em campo com o acompanhamento das comunidades, com os representantes durante a execução do escopo em campo, algo que de fato não estava previsto; mas que outros encontros com a sociedade civil além desta reunião estão previstos durante a execução da auditoria. Com

relação à análise de dados, Nelson Castro responde que a Tractebel analisará os dados enviados e disponibilizados pela Alunorte por meio de seus programas de monitoramento de qualidade da água e efluente, e com isso farão a verificação tanto da parte de coleta (se ela foi feita corretamente) quanto da parte laboratorial (se os laboratórios e as empresas que fizeram as análises têm as devidas creditações e licenças ambientais para operar. Nesse sentido, Nelson Castro explica que o planejamento da Tractebel prevê a possibilidade de realização de novas coletas caso se tenha alguma dúvida sobre os dados apresentados pela Alunorte, ou se houver alguma informação que não esteja de acordo com as devidas legislações e creditações vigentes. Ou seja, a Tractebel tem a liberdade de propor coletas adicionais se necessário, de acordo com os dados solicitados e auditados em um primeiro momento. O Procurador da República, Igor Oliveira, manifesta-se afirmando que havendo divergência quanto à questão da participação social durante a execução da auditoria, a questão pode ser solucionada em diálogos com a empresa auditora e os signatários. Mário Santos pergunta sobre o cronograma das atividades da auditoria (quanto tempo levará para ser concluída). Nelson Castro responde que as atividades da auditoria já se iniciaram e a previsão de conclusão é no início de 2025. Victor Cruz, consultor de processo da Alunorte, pede a palavra para complementar a discussão da pauta; ele foi designado para dar suporte à Tractebel durante a execução da auditoria, sobretudo na parte de logística e fornecimento de informações. Victor Cruz reforça que o escopo da auditoria prevê que todas as verificações necessárias, para esclarecer e garantir que a planta seja segura, serão realizadas de maneira a englobar uma avaliação documental bastante robusta – sendo uma parte da documentação já tendo sido compartilhada com a Tractebel para avaliação. Além disso, o trabalho engloba também avaliações de campo igualmente minuciosas, momentos em que a Alunorte reunirá com a equipe da Tractebel para fazer os esclarecimentos necessários e expor como a Alunorte opera. Victor Cruz explica que **caso seja julgado como necessário nesse processo, a Tractebel pode vir a coletar amostragens e realizar verificações adicionais** – reforçando que tudo isto está previsto no planejamento da Tractebel. Com isso, Victor Cruz afirma que a Alunorte já dispõe de um banco de dados muito robusto, que contém dados de monitoramento produzidos com todo o nível de confiabilidade que os padrões industriais utilizam, além de contar com análises e estudos produzidos por laboratórios acreditados, os quais compartilham oficialmente tais dados e estudos junto aos órgãos de controle. Com relação à participação social, Victor Cruz reforça a fala de Nelson Castro de que há um entendimento de que um processo de investigação ambiental irá acontecer, onde as comunidades precisarão ser ouvidas. Em relação à participação efetiva da comunidade em atividades de campo para acompanhamento da auditoria, Victor Cruz propõe como **encaminhamento** à Tractebel que se comece a desenvolver uma proposta de atividades das quais a sociedade civil possa participar e verificar como a auditoria está sendo conduzida, bem como possa contribuir; tal proposta passará pela avaliação do CA. Victor Cruz sugere uma atividade em que o CA vá até a planta industrial da Alunorte e verifique como a Tractebel está executando o seu plano de trabalho, e apresente como está sendo auditado determinados subitens, de modo a demonstrar transparência e segurança à sociedade civil em relação ao processo da auditoria. Edane Acioli registra o encaminhamento e reforça como esse acompanhamento do CA é pedagogicamente importante. Mário Santos solicita que se registre sua crítica em relação à questão da confiabilidade no processo da

auditoria, uma vez que deveria haver um acompanhamento mais próximo das atividades dos estudos e auditorias por parte dos comitês técnicos da Semas, do Comitê Técnico e dos Ministérios Públicos. Mário Santos pergunta, por fim, como será testada a segurança do sistema de drenagem da planta da Alunorte, e se haverá uma simulação com um grande volume de água para testar a capacidade desse sistema, uma vez que a Hydro/Alunorte alegou que o fenômeno das chuvas de fevereiro de 2018 foi de chuva atípica, mas houve um volume grande de água na época que provoca transtornos às comunidades do entorno até o momento. Nelson Castro responde que sim, a refinaria terá sua drenagem testada a partir do cálculo da capacidade da drenagem da planta de acordo com o regime pluviométrico atualizado de Barcarena, considerando suas características específicas. Sobre o acompanhamento dos signatários perguntado por Mário Santos, Igor Oliveira esclarece que o Comitê Técnico – que conta com um perito do Ministério Público Federal – participa da aprovação das auditorias em todas as fases, desde o momento da definição do edital de seleção até a validação dos relatórios e do relatório final (conclusões dos estudos). Sobre a previsão de coleta de água no plano de trabalho da empresa auditora, o procurador da República Igor Oliveira esclarece que acha viável que os signatários dialoguem acerca da inclusão de atividade de coleta no plano de trabalho da Tractebel e solicita uma reunião com a Tractebel e as demais partes signatárias para que se acrescente ao escopo desta auditoria a coleta de amostras atualizadas, com a possibilidade de participação da sociedade no acompanhamento das coletas, independentemente das conclusões. Igor Oliveira argumenta que este é um passo válido para colocar a auditoria acima de qualquer dúvida, e propõe que seja combinada uma data para acontecer uma reunião entre o MPF e a Tractebel para tratar desse planejamento da participação social. Márcio Maués reforça a fala de Igor Oliveira e coloca à disposição a equipe técnica do Ministério Público do Estado do Pará para debater esse ponto da metodologia de análise (coletas anteriores e atuais) para melhor atender o escopo do TAC. Edson Maciel também reforça a elaboração de uma proposta para o acompanhamento da sociedade civil nas atividades da auditoria como um **encaminhamento**. Rosa Maria pergunta se durante o acompanhamento da execução da auditoria feita pelo CA, é possível a presença de técnicos especializados de outras instituições. Jackeline Sales solicita à Secretaria Executiva do CA que exiba um vídeo gravado por um morador do entorno da Hydro. No vídeo, um morador de Barcarena dirige por uma estrada próxima à planta industrial da Alunorte. Durante o trajeto, é possível observar uma nuvem de particulado (poeira) que estaria sendo emitida de dentro da fábrica, espalhando-se pelas proximidades. Durante a exibição, ela argumenta que muito a Hydro tem feito para adaptar sua planta e que ela, enquanto liderança, já visitou a empresa algumas vezes, inclusive ao Depósito de Resíduos Sólidos 1, em que foi colocada uma manta e vegetação rasa para que a água da chuva escorra e vá para tratamento nas novas bacias. Na ocasião desta visita, Jackeline Sales perguntou a um técnico da fábrica se não havia a possibilidade de o vento espalhar as partículas e estas contaminarem a área do entorno dos depósitos, bem como a água da chuva escorrer e ela contaminar os corpos d'água mais próximos, o técnico responsável pela visita informou, à época, de que não havia possibilidade de que algum material particulado ser dispersado para às proximidades da fábrica; Victor Cruz informa que o controle de particulado é feito regularmente e foi apresentado à empresa auditora, havendo a possibilidade de ser apresentado aos participantes da visita que será

agendada à Alunorte. Jackeline Sales argumenta que o vídeo contradiz a resposta da Hydro, pois a poeira da fábrica que se espalha com o vento está ultrapassando a área do projeto de plantação de vegetação em cima da bacia e chegando às estradas no entorno da fábrica. Jackeline Sales, então, reforça que foi falado às comunidades que esta seria uma auditoria independente, e que não faria sentido para a sociedade a Tractebel coletar apenas os dados produzidos pela empresa auditada; por isso, os comunitários cobram de seus representantes do CA uma segurança de que no final da auditoria, serão produzidos relatórios 100% independentes. Jackeline também pergunta a Edson Maciel se a Hydro utiliza água reutilizada da própria bacia ou água do abastecimento da Águas de São Francisco nos carros-pipa que lançam água no entorno dos depósitos de resíduos. Edane Acioli deixa **encaminhado** que a resposta será enviada por e-mail. Com relação ao vídeo mostrado por Jackeline Sales, Victor Cruz responde que a Hydro busca reutilizar a água dentro da planta da fábrica para que não haja um consumo maior de água de poço ou qualquer outra fonte; que há um controle com de nível tecnológico muito bom para impedir que eventos como o do vídeo; e pede também que seja especificado o ponto específico do evento reportado no vídeo. Victor Cruz acrescenta que a Hydro realiza o georreferenciamento e utiliza polímeros para combater a poeira, além da própria reabilitação da área do DRS 1, bem como revestiu quase a sua totalidade. Ao final deste ponto de pauta, Edane Acioli registra como **encaminhamento** o compartilhamento da apresentação da Tractebel com os membros do CA. Edane Acioli encerra a pauta e segue para a última, **3. O que ocorrer**. Edane Acioli abre o espaço para as manifestações dos presentes. Jackeline Sales sugere que a próxima reunião, a última do ano de 2024, seja realizada de maneira **híbrida** (presencialmente em Barcarena e com acesso online para os que não puderem estar na cidade). A sugestão é aprovada pelos membros presentes. **4. Pauta da próxima reunião ordinária**. Jackeline Sales sugere a atualização sobre o estudo epidemiológico (contratação da empresa auditora e fluxo de trabalho). Igor Oliveira esclarece que no caso dos estudos epidemiológicos, seria uma atualização sobre o porquê da alteração do cronograma de auditorias (em que o estudo ambiental foi colocado na frente do estudo epidemiológico), a partir da orientação do Instituto Butantan, que presta consultoria aos signatários sobre os estudos e auditorias implementadas no TAC, de modo que um dos pesquisadores da instituição possa explicar a alteração. Igor Oliveira sugere então que se realize uma reunião extraordinária virtual com o Instituto Butantan para a questão dos estudos epidemiológicos; Edane Acioli sugere que esta seja realizada no final de novembro ou início de dezembro. Edane Acioli reforça os dois temas que estão em atualização contínua (recurso para o fornecimento de água e o recurso do FEMA para o FAO), os quais permanecem na pauta. Edson Maciel sugere como pauta a apresentação do relatório final da auditoria do Plano de Ação de Emergência, cláusula 5.1 do TAC, que foi concluído. Os participantes se manifestam positivamente para a sugestão da Secretaria Executiva e concordam com os temas sugeridos como pautas da 39ª reunião do CA. Dessa forma, a pauta da próxima reunião do CA será: **2) Atualização de Itens do TAC, 2.1)** Atualização sobre o item 6.3 do TAC, que trata sobre o pagamento das multas depositadas no FEMA em processo de transferência para o FAO; **2.2)** Atualização sobre o item 2.1.4 do TAC, que trata do investimento de R\$ 8 milhões para criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução tecnicamente viável. E **2.3)** Apresentação do relatório final da auditoria do Plano de Ação de

Emergência, item 5.1 do TAC, pela empresa Ambipar. A próxima reunião está agendada para o dia 26 de novembro de 2024, às 14h30. Após as manifestações dos presentes, a reunião foi encerrada, às 17h40. O IEB, na condição de Secretaria Executiva, lavrou a presente ata.